

## REDES SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E RACIONALIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE SUAS TRAMAS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

CLAUDIA ANDRÉA MAYORGA BORGES\*  
ARMINDO DOS SANTOS DE SOUSA TEODÓSIO\*\*  
JÚNIA FÁTIMA DO CARMO GUERRA\*\*\*

### RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir os desafios do trabalho em redes junto ao público jovem, tomando por objeto de estudo a experiência do Projeto Espaço Criança Esperança (ECE) em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Trata-se de um projeto de intervenção social junto ao aglomerado urbano da Serra, fruto da articulação entre corporações privadas (Rede Globo de Televisão), organismos internacionais (UNESCO), poder público local (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte) e uma universidade privada. A intervenção comunitária desenvolvida pela extensão universitária encontrou no aglomerado da Serra, segundo palavras dos próprios moradores, um “aglomerado de projetos”. Essa realidade, somada ao elevado grau de vulnerabilidade social e limitado acesso às políticas públicas, torna o estudo de caso emblemático quanto aos desafios, limites, impasses e possibilidades de construção de novas interações entre os atores sociais capazes de, ao mesmo tempo, avançar na construção da cidadania no país e modernizar as práticas de extensão universitária brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Redes sociais. Participação. Racionalidades.

### ABSTRACT

#### SOCIAL NETWORKS, PARTICIPATION, AND RATIONALITY: A CASE STUDY OF NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS

This study aims to discuss the challenges of networking with young audience, taking part from the experience of Child Hope Space Project (ECE) in Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. It is a project of social intervention in the Serra urban agglomeration, as the fruit of relationship among private corporations (Globo TV), international organizations (UNESCO), local government (Municipality of Belo Horizonte) and a private university. Community intervention developed by university extension found in Serra, in the words of local residents, “a cluster of projects”. This reality, coupled with the high degree of social vulnerability and limited access to public policies, makes the case study emblematic with regard to the challenges, limitations, difficulties and possibilities of building new interactions between social actors able to progress in the construction of citizenship in the country and at the same time to modernize the practices of Brazilian university extension.

**KEYWORDS:** Social networks. Participation. Rationality.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo rede parece ter adquirido lugar central nas organizações não governamentais, sobretudo naquelas que se propõem a ser inovadoras, no âmbito do rol de iniciativas de desenvolvimento no cenário brasileiro. Não apenas na ambiência da política social brasileira, mas também nos núcleos de pesquisa que se ocupam dos modos de sociabilidade e no espaço de articulação dos movimentos sociais, o conceito de rede é utilizado com recorrência. Empresas privadas, governos e mesmo a mídia valem-se de tal perspectiva para tentar compreender vários fenômenos sócio-políticos e/ou articular iniciativas que congreguem diferentes atores sociais, indo desde a gestão da cadeia de suprimentos até a intersectorialidade da máquina pública.

Toda a centralidade imbuída na noção de rede, não raras vezes, acaba por remeter essa estratégia de articulação social a um teor de panaceia para os problemas de inclusão nas sociedades contemporâneas. A suposta unanimidade em torno da articulação de redes sociais pode ofuscar as possibilidades, limites e desafios advindos do trabalho de organizações não governamentais sob uma estratégia de intervenção comunitária. Nesse sentido, as palavras de Drummond de Andrade parecem oportunas: “A unanimidade carrega uma parcela de entusiasmo, uma de conveniência e uma de desinformação”.

O presente artigo se propõe a discutir os desafios do trabalho em redes junto ao público jovem, tomando como objeto de estudo a experiência do Projeto Espaço Criança Esperança (ECE) em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Trata-se de um projeto de intervenção social junto ao aglomerado urbano

\* Professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Avenida Antônio Carlos, 6627, FAFICH - Sala 4072 Pampulha 31270-901 - Belo Horizonte, MG – Brasil. e-mail: [mayorga.claudia@gmail.com](mailto:mayorga.claudia@gmail.com)

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas.

\*\*\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas.

da Serra, fruto da articulação entre corporações privadas (Rede Globo de Televisão), organismos internacionais (UNESCO), poder público local (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte) e uma universidade privada.

A intervenção comunitária desenvolvida encontrou no aglomerado da Serra, segundo palavras dos próprios moradores, um “aglomerado de projetos”. Essa realidade, somada ao elevado grau de vulnerabilidade social e ao limitado acesso às políticas públicas, torna o estudo de caso emblemático quanto aos desafios, limites, impasses e possibilidades de construção de novas interações entre os atores sociais capazes de, ao mesmo tempo, avançar na construção da cidadania no país e modernizar as práticas de gestão de organizações não governamentais.

O estudo toma como objeto de análise os impactos e os desdobramentos na sociabilidade entre trabalhadores e gestores do projeto, a partir da noção de trabalho em rede com a comunidade e as organizações financiadoras da iniciativa. Procura-se problematizar a forma como um discurso e uma racionalidade ancorados na ideia de inclusão social e participação popular têm refletido na dinâmica interna de interação entre os atores encarregados da implementação do projeto.

Nesse sentido, procura-se avançar na compreensão dos dramas e tramas que envolvem a participação popular e a própria noção de interação com “cidadãos plenos” enquanto discurso que organiza a intervenção social em rede e também os processos e relações de trabalho no ambiente interno da gestão do projeto. Parte-se do princípio teórico-conceitual, conforme o qual formas organizativas do trabalho social não necessária ou automaticamente adotam modelos participativos e abertos de gestão pelo fato de tentarem avançar na inclusão social e na garantia da cidadania das comunidades onde atuam ou no seu entorno. Cidadania “para fora” do projeto não necessariamente implica cidadania “para dentro” do modelo de gestão da intervenção social. Ainda assim, constrói-se uma “teia organizacional” bastante relevante para se entender como se constroem identidades e racionalidades em um ambiente organizacional marcado pela articulação de diferentes atores sociais, com distintos interesses em jogo e também como se vivencia um “jogo organizacional” cujo discurso seja balizado na ética da inclusão social do público-alvo, mas, ao mesmo tempo, estructure formas de divisão do trabalho e do poder dentro dos mecanismos gerenciais que implementa.

O estudo de caso busca avançar na compreensão das racionalidades que se colocam em jogo no ambiente organizacional do projeto e suas implicações para um discurso e uma prática que se propõem fundados na ética da inclusão social.

Para tanto, o artigo inicia a fundamentação teórico-conceitual que guiará a análise do caso com uma discussão relativa à noção de redes e sua incorporação por diferentes grupos de organizações, desde empresas, passando por governos, até chegar a grupos menos estruturados, como associações e movimentos sociais. Em seguida, problematiza-se a ideia de “redes sociais” e suas perspectivas, promessas, limites e desafios como forma de articulação da sociabilidade no tecido social contemporâneo. A partir de tal ponto, busca-se um diálogo com os estudos sobre participação e racionalidade organizacional e política, contrapondo-se a ambiência sócio-política à realidade intra-organizacional. Com isso, procura-se avançar na compreensão do sentido e do impacto que práticas participativas e pretensamente intensivas em capital social têm em realidades marcadas pelo assistencialismo, clientelismo, particularismo e nepotismo na ambiência sócio-política, bem como nos modelos de gestão e na construção de racionalidades de trabalhadores e gestores do projeto (perspectiva micro-organizacional).

Os autores do artigo entendem que, do diálogo entre a realidade sócio-política do entorno e a ambiência micro-organizacional do projeto, pode-se avançar na compreensão da gestão em redes, descortinando suas encruzilhadas entre promessas, utopias, impactos efetivos e cruzamentos na construção de uma sociedade mais inclusiva e de organizações mais participativas.

## **2 AS IDAS E VINDAS DA NOÇÃO DE REDES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

O método de redes pode ser considerado algo relativamente novo no Brasil (SHERER-WARREN, 1999). Um dos aspectos fundamentais nessa perspectiva de trabalho de intervenção social é a forma como são estabelecidas as relações com a comunidade no início do “tecer da rede”. O primeiro ponto se refere ao tipo de vínculo entre público-alvo e trabalhadores do projeto.

Na década de 70, a inserção desses profissionais na comunidade era guiada por uma preocupação em garantir que o trabalho estivesse voltado à militância e à participação políticas. Os articuladores sociais inseriam-se nos bairros de periferia e favelas dos grandes centros, tentando, muitas vezes, negar a sua própria origem cultural e de classe (LANE; SAWAIA, 1991).

Outras formas de intervenção comunitária, ainda que, no discurso, neguem seu caráter assistencialista, acabam por reproduzir o apelo voltado para a caridade aos mais desfavorecidos. Observa-se também, com frequência, uma terceira estratégia de inserção na comunidade, guiada pela curiosidade em conhecer este ser estranho: as populações mais desfavorecidas; muitas vezes marcada por uma

“legitimada” curiosidade científica (FREITAS, 1996).

Um dos fundamentos para a articulação consistente de redes de sociabilidade em aglomerados urbanos é o compromisso da intervenção social com a mudança das condições vividas cotidianamente pelos membros da comunidade. Segundo Freitas (1996), tais mudanças só acontecem de maneira emancipatória com a participação efetiva dos sujeitos da comunidade, indicando os caminhos e as suas principais necessidades. O convite, que deve ser feito desde o primeiro momento de contato com a comunidade, precisa ser continuamente atualizado, sob pena de se construir um saber que “*vem de fora*” e que constantemente tem a “*tentação*” e a “*pretensão*” de ver o mundo ou as coisas como eles de fato são.

Diante dessa perspectiva ensimesmada da ação de extensão universitária em comunidades, coloca-se o desafio de realizar o que a corrente institucionalista da psicologia social chama de análise da implicação (CASTILHO, 2001). O ponto principal, porém, é compreender que as pessoas com as quais se está lidando possuem um saber acerca de si mesmas e de sua realidade, fundamental para os processos de mudança social. Somente assim, ou seja, concebendo as pessoas como sujeitos ativos nas suas próprias vidas e histórias, elas poderão também ser ativas e críticas nos processos de mudança. Com isso, forma-se um distanciamento da pretensa neutralidade científica e da ilusão de eliminação total do etnocentrismo, típicos de determinadas correntes do pensamento científico no ambiente universitário contemporâneo. Analisar a implicação da intervenção da universidade na sociedade é realizar um exercício contínuo das relações de poder, que atravessam as demais relações, e não eliminá-las.

O segundo ponto importante acerca da inserção na comunidade se refere aos objetivos do trabalho. Sabe-se que eles podem ser definidos *a priori*, constituindo o norte que orientará a equipe de profissionais na intervenção: preocupações, problemas, motivos anteriores da relação com a comunidade e sabe-se também que os objetivos podem ser *definidos a posteriori*, isto é, os objetivos, atividades e resultados esperados são orientados pelas necessidades que a comunidade vive (FREITAS, 1996).

### 3 POTENCIALIDADES E DESAFIOS DAS REDES DE ARTICULAÇÃO SOCIAL

O principal desafio na constituição de relações de complementaridade é o fato de se estar em uma sociedade assinalada pelo individualismo, que não concebe os problemas sociais como um conjunto de ações complexas a exigir, por sua vez, um conjunto de intervenções complexas. Assim, a intervenção em comunidades caracterizadas pela dificuldade de acesso aos direitos sociais é marcada pelo desafio de fortalecer seus diversos atores sociais, consolidando e ajudando a construir seus próprios projetos de vida e os de grupo social.

A segunda característica do método de redes é algo já anunciado anteriormente: a compreensão do mundo na sua complexidade e não na sua unidade. Isto é, se antes, no paradigma moderno, conhecer o mundo significava conhecer a menor partícula possível dele, por meio do método analítico, atualmente propõe-se reconhecer que compreender e intervir no mundo é buscar construir e mapear a complexa rede de ações, fatos, atores e relações componentes desse universo social. Logo, ter como meta a garantia dos direitos da infância e adolescência, utilizando o método de redes, é compreender que tal garantia não será realizada por um único ator, seja o governo, a família, a universidade e, muito menos, um projeto social. É importante conhecer e instituir fluxos que de fato cheguem a tal objetivo. Isso só será alcançado através da criação de diversos espaços de diálogo e debate, construindo a emancipação a partir do que Habermas denomina de Racionalidade Comunicativa, em oposição ao saber estratégico e instrumental. Nesses espaços de construção de novas formas de racionalidade substantiva (MANHEIM, 1969), o conflito ocupa o lugar do consenso; ainda assim, sem impedir a articulação de ações em conjunto entre os atores sociais.

O terceiro ponto do trabalho em rede é a não hierarquização dos atores que a compõem. O princípio da rede é a horizontalidade, o que tem sido, talvez, uma das maiores dificuldades para a implementação do método (VALE, AMÂNCIO E LIMA, 2006). Isso porque a noção de que as soluções para os problemas das sociedades modernas possuem vários responsáveis, como o estado, o privado e a própria sociedade civil, acaba por legitimar fórmulas pseudo-participativas (PATEMAN, 1992) de intervenção social ou criar dinâmicas de sociabilidade nas quais a responsabilidade central recai sempre no “outro”. Não se trata de isentar governos, capital privado, indivíduos e grupos sociais de suas responsabilidades pela dinâmica vigente, mas sim de conferir ao sujeito centralidade como ator da mudança social. Cabe destacar também que emprestar ao sujeito essa centralidade não implica concebê-lo atomisticamente, mas sim como ser em contínua interação com outros indivíduos no tecido social (PECI, 2000).

As redes de sociabilidade, na verdade, não são formadas por pessoas que se conhecem intimamente ou que convivem no seu cotidiano, conforme demonstra Putnam (1996).

Hoje se fala muito de redes no chamado terceiro setor, ou nas ações de voluntariado ou mesmo nos projetos de extensão universitária. No entanto, percebe-se que há, embora veladamente, uma perigosa despolitização desse debate. Um dos riscos é a noção de redes como um espaço despolitizado de oferta de serviços sociais, tendência que parece se observar na forma como o financiamento dos projetos de

intervenção comunitária tem se consolidado nos últimos anos (PECI, 2000).

Parece haver, cada vez mais, o recurso à estratégia de formação de redes sociais como forma de intervenção comunitária, mas nem sempre o resultado disso tudo é um avanço na formação de redes sociais e da cidadania no país (VALE, AMÂNCIO E LIMA, 2006).

Uma das primeiras coisas a se atentar é o fato de que existem alguns mitos quando se discute redes. O primeiro deles é que as redes são essencialmente espaço de cooperação, cordialidade e/ou solidariedade. Existem vários estudos que demonstram, por exemplo, mesmo em redes de organizações não governamentais, que não é a cooperação o que prevalece muitas vezes (GRANOVETTER, 1994, 2001, 2005; CHELL, 2000; PAIVA, GONÇALVES, 2005; VASCONCELLOS, 2007; PARDINI, BRANDÃO, 2007). Redes são espaços de cooperação e competição. Porém, observa-se que, nas organizações não governamentais, a competição é mais acirrada do que a competição tradicionalmente realizada no espaço do mercado em si, chegando a ser, às vezes, clientelistas. Não se pode confundir rede com espaço de cooperação, ainda que não seja apenas uma forma de competição. Elas mesclam os dois componentes (GRANOVETTER, 2005).

O segundo mito é o de que redes significam um espaço de interesses convergentes. É comum encontrar várias redes de articulação entre atores institucionais no país, partindo da proposta de que os indivíduos e os grupos participantes das redes têm que ter interesses convergentes. É possível ter redes formadas por interesses não exatamente convergentes, às vezes até antagônicos. E esses interesses vão competir entre si no interior da rede. Uma empresa, quando investe na área social, não necessariamente esteja buscando modificar a questão da infância apenas, mas sim buscando também um novo posicionamento mercadológico, o que não é necessariamente convergente com o interesse de várias organizações não governamentais atuantes nesse segmento. A proposição decorre dos fundamentos do capital social, ao conceber o conflito como algo inerente a qualquer situação, partindo, então, do pressuposto de que o fundamental é o reconhecimento mútuo da visão e dos objetivos de outros como sendo igualmente válidos (reconhecimento da diferença) (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 7).

Um dilema muito claro é o de exercitar a autoridade sem ser autoritário. Nas últimas décadas do século XX, parece que houve um questionamento profundo da autoridade, quer seja da Igreja, da família ou do governo. No cenário político brasileiro, marcado pelo populismo, pelo paternalismo e pelo autoritarismo, os desafios do exercício da autoridade sem autoritarismo se multiplicam. Como construir autoridade no interior da rede sem ser autoritário e sem que isso constitua um disfarce para o autoritarismo?

Muitas intervenções sociais da extensão universitária no país, dominadas por uma racionalidade tecno-científica que legitima formas autoritárias de interação com a sociedade, constroem redes não horizontalizadas de ação social, que mais se parecem pirâmides hierárquicas do que propriamente redes. Ainda assim, o discurso autoritário se reveste de vontade de transformar a realidade, de urgência social e de pragmatismo, dentre outros discursos homogeneizadores e unificadores da intervenção na esfera social. Esse autoritarismo é, muitas vezes, mais perverso do que o autoritarismo que se impunha pela força, pelo poder explícito.

Outro aspecto relevante a ser observado é que várias organizações e indivíduos participantes da formação de redes sociais, inclusive determinadas fontes de financiamento da extensão universitária, avaliam a rede de formas bastante diferenciadas entre si. Alguns dos componentes das redes chegam a considerar que elas nunca sequer existiram, por terem baixa formalização ou terem alcançado resultados concretos e palpáveis extremamente modestos. É preciso estar atento para o fato de que redes sociais geram resultados não quantificáveis, concretos ou de curto prazo, mas, ainda assim, podem desempenhar papel decisivo em processos de transformação social, que são, por essência, de longo prazo (VALE; WILKINSON; AMÂNCIO, 2008). No entanto, a literatura relativa à avaliação de projetos de extensão universitária é escassa quanto ao quesito redes. Trata-se, portanto, de um dos pontos em que as reflexões e a literatura científica precisam avançar.

Alguém irá dizer que existe todo um discurso, todo um posicionamento, inclusive por parte de organismos internacionais (o Banco Mundial, por exemplo, desde os anos 70, já havia incorporado em seu discurso que trabalha articulado com movimentos sociais). Mas, no momento em que se avaliam os resultados, os impactos dos projetos, muitas vezes os padrões de avaliação voltam-se sobremaneira para os procedimentos internos e para as metas financeiras alcançadas. Tanto que existe hoje um fenômeno preocupante, que poderíamos descrever, tomando emprestado um termo usado por Harvey (1993), denominado "Empresariamento" da área social. Atualmente há um "empresariamento" das redes sociais e, principalmente, das que atuam com infância e adolescência. Uma mentalidade empresarial que migra para a área social, trazendo sua racionalidade de organização, avaliação, desempenho e alcance de metas. Com isso, as redes são concebidas como uma forma rápida, não conflituosa e capaz de angariar amplo social para a intervenção comunitária. Nada mais distante da realidade da dinâmica comunitária.

É preciso destacar que as redes também são importantes difusoras de padrões cognitivos. Essa é uma das coisas mais importantes que passam despercebidas da avaliação das redes, ou seja, são

formadoras de opinião. E hoje existem muitas redes articuladas que veiculam esse tipo de abordagem, difundindo subliminar ou mesmo explicitamente determinadas racionalidades e valores relativos ao mundo moderno (GRANOVETTER, 2005).

Outro problema grave nas redes é o fato de elas, apesar de serem espaços cognitivos, de troca e de conhecimento, serem também espaços de iniciativas e de apoios mútuos concretos, sendo necessário envolver esforço e empenho, inclusive em termos de recursos, dos demais atores da rede. Nesse sentido, uma característica de várias redes que têm sido formadas é o intenso movimento, as constantes articulações e discussões, mas, no momento exato em que se vai implementar um projeto, aí não há recursos, apesar de todos apoiarem e admirarem o projeto em questão. Deve-se tomar cuidado para não reproduzir o que Boschi (1999) salienta com maestria quanto à participação popular no Brasil.

Então, o desafio imposto às redes é ter certa homogeneidade interna e, ao mesmo tempo, permitir a heterogeneidade. Mas hoje, em muitas das vezes, isso não tem acontecido na esfera dos projetos sociais brasileiros. Outro problema que surge é o de como manter a autonomia das redes, casando-a ao controle interno às redes. Elas podem se constituir em espaços democráticos? Sim, mas há a necessidade de controle interno dentro das redes, que são também trocas de legitimidades. Então, quando um ator social com pouca representatividade ou legitimidade social pleiteia se associar a uma determinada rede, há um ganho de imagem e reputação institucional para ele.

Um grande desafio também é institucionalizar as redes. Tudo aquilo que dá certo e que começa a ter muita visibilidade, principalmente na área social, caminha para certa institucionalização. O problema é que quando se institucionalizam, as redes caminham para uma inflexibilidade organizacional, constituindo o desafio de várias ONGs que se articulam em rede. Estão se tornando tão eficientes, multiplicando normas e métodos tão bem testados e regulamentados, que estão se parecendo com a tecnocracia do governo e das universidades, reproduzindo um relacionamento autocentrado com as comunidades e os indivíduos externos a seu *ethos* corporativo.

Grupos sociais e indivíduos são heterogêneos, têm competências diferenciadas. Nesse sentido, um desafio das redes é valer-se da diversidade, de diferentes virtudes e até de defeitos para multiplicar soluções para os problemas sociais. Como potencializar aqueles que têm mais a contribuir para as redes, respeitando as diferentes contribuições de cada indivíduo e organização? Eis um dos grandes desafios das redes como forma estratégica para a extensão universitária no Brasil.

O desafio é conciliar essa *expertise* com as aspirações sociais. É se desprender da ideia de que *expertise* é sinônimo da formação técnica dos quadros burocráticos da extensão universitária. Sobretudo na esfera das intervenções sociais, *expertise* pode vir de grupos pouco qualificados formalmente, mas preparados pela experiência de vida e pela visão social avançada (FRANCELIN, 2004).

As possibilidades e os embates abordados em relação às redes sociais permitem compreender que, no bojo da sua discussão, há uma pretensa articulação com os pressupostos do capital social.

No contexto em foco, vale ressaltar que, apesar de reconhecer a relativa imaturidade do capital social como conceito, percebe-se que o seu lastro conceitual permeia as práticas das redes sociais, ao considerá-lo como conjunto de recursos atuais ou potenciais, ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou de inter-reconhecimento, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980).

Assim, infere-se que o capital social pode ser o perfil das redes, normas e confiança que se integram na vida social, facilitando a ação e a cooperação na busca por objetivos comuns (PUTNAM, 1993). Essa tríade vem dominando toda a discussão atual, referente ao conceito de capital social. Dois pressupostos estão implícitos em tal conceituação: redes ("redes de engajamento cívico") e normas estão empiricamente associadas e têm consequências econômicas importantes para a comunidade, supondo, portanto, um papel instrumental para o capital social, aspecto que se aproxima dos objetivos das redes sociais (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 8).

Nessa linha de argumentação, acredita-se que a confiança lubrifica a vida social; e que sociedades com elevados graus de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas. A confiança é, por sua vez, alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os membros de uma comunidade e uma forte tradição de ação comunitária. No entanto, o autor tem sido criticado por sua abordagem funcionalista e por misturar meios e fins, sem deixar claro se elevados níveis de capital social constituem um estágio final desejável por si só ou um meio de alcançar determinados objetivos (PUTNAM, 2000).

Essa crítica também se insere em um dos desafios decorrentes das práticas das redes sociais. Hoje se fala muito em capital social, emprestando a esse conceito um tom de algo redentor. Organismos internacionais como o Banco Mundial, empresas e indivíduos que atuam na comunidade falam de capital social. Mas, conforme destaca Sen (2010), o capital social pode tanto reverberar virtudes de novas formas de organização da sociedade quanto multiplicar vícios dessas mesmas sociedades. Um exemplo evidente é o do alto grau de articulação em rede de grupos sociais extremamente etnocêntricos ou xenófobos.

Putnam (1996) resgata a ideia de que a formação de redes tem como característica relevante o fato de que quanto mais se exercitam, mais se fortalecem. Capital social multiplica capital social. Se um projeto em rede der certos resultados e for reconhecido por seus componentes como relativamente bem-sucedido, a possibilidade de essa rede se multiplicar é maior. Mas, se vários desses grupos utilizarem a referida rede para interesses particulares e clientelistas, a possibilidade da nossa primeira ação ou articulação em rede não passa de um arroubo.

Ainda assim, Albagli e Maciel (2002) defendem que o capital social deve centrar-se em suas fontes e não em suas consequências. A ênfase recai no capital social enquanto bem público, em como valores e crenças que os cidadãos compartilham em sua convivência diária, expressando socialização e consenso normativo, favorecem um espírito cívico expresso em uma rica vida associativa. Embora não necessariamente produza altos níveis de participação, nem sociedades civis altamente democráticas e nem sempre resulte em aumentos de produtividade e resultado econômico para empresas ou economias (DURSTON, 2000).

Outra característica observada nas redes de intervenção social no país é o personalismo (PECI, 2000). As instituições que compõem a política social no país e mesmo a extensão universitária, historicamente têm se caracterizado pelo voluntarismo e baixa institucionalização. Muitas vezes, a articulação em redes recai sobre a figura de um ou de alguns poucos indivíduos. Quando eles se vão, desistem da causa, mudam de opinião ou há um escândalo envolvendo-os; então, a própria rede que articulavam pode entrar em séria crise. Essa característica também se aproxima do que Bourdieu (1980) conferiu ao capital social. Segundo o autor, grupos instituídos delegam seu capital social a todos os seus membros, porém em graus muito desiguais, podendo todo o capital coletivo ser individualizado num agente singular que o concentra e que, embora tenha todo o seu poder oriundo do grupo, pode exercer sobre ele (e em certa medida contra ele) o poder que esse mesmo grupo lhe permite concentrar (BOURDIEU, 1980).

Por que apesar de todas as condições para que não se formem redes sociais, elas se formam em sociedades complexas, articulando, às vezes, indivíduos de diferentes países?

Dentro do marco teórico da lógica da ação coletiva, é impossível, exceto em pequenos grupos, aparecer solidariedade ou comportamento socialmente correto, pois só nos pequenos grupos sociais a pessoa desviante pode sofrer sanções mais imediatas pelo fato de, por exemplo, não ser solidária e seguir as regras (VALE, AMÂNCIO E LIMA, 2006). Só que Putnam (1996) inverte a questão e faz a seguinte indagação: se existem todas as condições para que a solidariedade não surja nas sociedades complexas, onde milhares de indivíduos não têm ligação direta uns com os outros, por que, apesar disso, ela surge?

Muitas vezes as redes se manifestam apenas em momentos de catástrofes. Putnam (1996) defende a ideia de que a intervenção nos problemas sociais deve se basear não nos pontos fracos das comunidades, mas nos pontos fortes, multiplicando-os para, a partir deles, gerar novas soluções para os problemas sociais. Só que muitas vezes se percebe que as redes sociais se tornam ativas em eventos extremamente dramáticos.

Nesse ponto, o desafio é entender o problema social e articular redes que sejam propositivas. Apesar de muitos indivíduos e instituições desenvolverem o discurso de que já não são assistencialistas, isso ainda é uma forte característica da área social no Brasil e no mundo. Vários fatores estão ligados a isso, mas o principal deles diz respeito ao fato de que várias redes sociais ainda reproduzem dilemas, do “Norte” versus o “Sul”; dos interesses governamentais versus os interesses da comunidade; dos interesses empresariais versus os interesses da sociedade e dos interesses da ONGs versus os interesses da população.

Esses são alguns de nossos desafios para a construção de redes sociais. Se elas são uma das melhores promessas desenvolvidas nos últimos anos na direção da mudança social, carregam também dentro de si a ambivalência de uma sociedade desigual, tanto na distribuição dos bens materiais quanto no poder. O desafio capital dessa importante estratégia de mudança social apoia-se em um caminho para a igualdade, sob pena de correr-se o risco de tudo transformar para nada mudar nas formas como a extensão universitária se articula junto às comunidades no país.

#### **4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS**

A pesquisa desenvolvida partiu dos pressupostos da pesquisa-ação, uma vez que um dos autores deste artigo, por trabalhar na extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), manteve contato direto com o público-alvo, por meio de uma parceria entre essa universidade e o projeto Criança Esperança do Unicef.

A partir da pesquisa bibliográfica, desenvolveu-se uma moldura de referência para a análise dos dados secundários, que se caracterizaram em outra fonte de dados. Nesse sentido, foram analisados documentos oriundos do projeto Criança Esperança, da parceria entre este e a PUC-MG, assim como atas de reuniões realizadas no decorrer do projeto.

## 5 A CONSTRUÇÃO DE REDES NO PROJETO ESPAÇO CRIANÇA ESPERANÇA

Um aspecto relevante presente no Projeto Espaço Criança Esperança é a diversidade institucional dos parceiros que dele participam, carregados de representações vinculadas ao poder e aos recursos financeiros. O que pode ou não instituir relações baseadas em tais representações.

Esse tem sido o esforço metodológico do projeto ECE: constituir uma intervenção que se dá através da construção de parcerias, as quais, por sua vez, devem estar fortemente entrelaçadas com as ações do estado e da sociedade civil, construindo, assim, uma rede do projeto estreitamente relacionada à rede local e municipal de defesa da infância e da adolescência.

Nesse sentido, o esforço de se instituir a rede tem ocorrido através das ações apresentadas a seguir.

No caso do projeto ECE, o que o movimentou foi uma mescla de objetivos definidos *a priori* e *a posteriori*. Isso significa que o fato de pertencermos a um projeto instituído nacionalmente, com algumas premissas dadas, entre as quais, as áreas de atuação estarem ligadas ao esporte, ao lazer, à cultura, à arte e à multimídia, não nos permite sair bruscamente da direção dada. Contudo, foi somente através do contato com a comunidade, com as associações, com as entidades e com os jovens e suas famílias que se definiu com mais clareza o modo *como* as atividades poderiam acontecer.

Nesse processo de inserção, encontrou-se uma comunidade muito “acostumada” com projetos sociais e intervenções da universidade. Projetos itinerantes que os deixaram mais desconfiados em relação ao novo do que propriamente abertos e receptivos.

A referida inserção na comunidade e a definição dos objetivos vêm sendo feitas pouco a pouco. Chegando na comunidade, encontrou-se uma série de entidades e associações que já possuíam um histórico de preocupação com a infância e a adolescência. Assim começou a construção da rede: contato com entidades que possuíam atuações e práticas distintas com o público adolescente, o que possibilitou a parceria com algumas delas. Hoje, a rede do projeto ECE consiste em um espaço de referência com sete entidades parceiras, entre associações, creches, instituições sociais e projetos sociais. Participar dessa rede, no entanto, é muito mais do que pertencer a um mesmo projeto. É fundamental, e esse tem sido o nosso exercício, que cada parceiro se autodefinia, se constitua em um ator social, isto é, uma instituição, uma creche, uma associação com um projeto de mudança e esses projetos devem se relacionar através de um fluxo tal que permita ações complementares.

O Projeto Espaço Criança Esperança adota um modelo descentralizado de intervenção (UNICEF, 2003), o que significa optar não só por ações com vários lugares para sua realização, como é o caso do projeto citado, mas significa compartilhar de alguns princípios importantes. O primeiro deles é a concepção de complementaridade, ideia que consiste em compreender a realidade na sua vasta complexidade e como resultado de uma ampla rede de relações de causalidade, as quais tiram de um único ator toda a responsabilidade para a solução de problemas sociais. No ECE, isso significa que, para alcançar uma efetiva inclusão de crianças e jovens na sociedade, é necessário convidar vários atores sociais que, a partir das suas especificidades, possam estabelecer um fluxo tal de relações a ponto de garantir a defesa dos direitos da infância e da adolescência. Certamente, tecer essa rede não é uma tarefa simples. Ela exigiu e vem exigindo da equipe do projeto alguns cuidados e ações específicas que se fizeram presentes desde os primeiros passos do projeto.

A metodologia que vem sendo utilizada nesse trabalho é a da Intervenção Psicossocial. Considerando que toda metodologia envolve, além dos métodos específicos, uma epistemologia e uma concepção de sujeito, descreveremos a seguir quais são os fundamentos da metodologia em questão.

A metodologia de Intervenção Psicossocial parte de uma concepção crítica do sujeito e da realidade. Ser crítico é compreender o sujeito que, marcado pela história, pelas relações de poder e de gênero, raça, classe social e por questões psicossociais, é capaz de estar diante desse mundo sendo crítico e construindo formas de vida distintas. O sujeito já não é mais, como se quis na modernidade, uma unidade, e sim uma complexidade (BOCK, 2003).

A metodologia de Intervenção Psicossocial tem como principal objetivo a promoção de mudança social. Tal mudança não acontece simplesmente através da passagem de um estado a outro, mas constitui um processo complexo e dinâmico de desconstrução, deslocamento e reconstrução da realidade (LEVY, 2001). Um processo que não é linear, mas sim dinâmico, com idas e vindas, altos e baixos, o qual deve ser seguido com a participação constante dos sujeitos da mudança. Isso significa que mudança social não é simplesmente a soma de mudanças individuais, pois consiste na soma das diversas relações entre os vários atores sociais envolvidos no processo.

Baseado em tais princípios, o trabalho de intervenção que vem sendo realizado no Aglomerado da Serra tem a *rede* como principal método de intervenção, o qual passamos a descrever a seguir.

O Projeto Espaço Criança Esperança (ECE) consiste em um projeto de inclusão social de crianças, adolescentes e famílias de classes populares. Inclusão social que é compreendida como uma atitude política diante das desigualdades e injustiças sociais, voltada para a instituição de espaços de

comunicação, realização e participação na sociedade de pessoas, grupos e comunidades que, em função de circunstâncias históricas e de vida, são privados dos seus direitos e impedidos de se realizarem como cidadãos.

O público-alvo direto do projeto são adolescentes entre 12 e 18 anos e o público indireto são as crianças, as famílias e a comunidade em geral, moradores do Aglomerado da Serra, região centro-sul da cidade de Belo Horizonte, um dos maiores aglomerados humanos da América Latina. O público adolescente foi o alvo escolhido porque, além de serem jovens que se encontram em alto grau de vulnerabilidade social, envolvendo aspectos de violência, tráfico de drogas, gravidez precoce, evasão escolar, violência doméstica, trabalho infantil (até 16 anos), entre outros, o Aglomerado da Serra, seu local de moradia, conta com poucos programas governamentais de atendimento a jovens nessa faixa-etária.

O projeto ECE tem sido implementado desde novembro de 2002 e seu objetivo geral é realizar ações que garantam e promovam os direitos das crianças e dos adolescentes no Aglomerado da Serra e contribuam diretamente na geração e implementação de políticas públicas. O projeto em questão tem como fim a intervenção direta na comunidade, cujo resultado seja a efetiva inclusão social de crianças e adolescentes. Dividimos as ações-fim em três linhas de ação: intervenção, articulação e capacitação.

A linha de ação da **intervenção** refere-se ao atendimento direto aos adolescentes entre 12 e 18 anos. Esse atendimento direto acontece através do método de oficinas (AFONSO, 2000), oferecidas nas seguintes áreas: arte e cultura; esporte e lazer; multimídia e oficinas temáticas. A intervenção através de oficinas está baseada na educação libertadora idealizada por Paulo Freire (1983), a qual visa à superação das diversas formas de anulação do sujeito e de suas culturas por meio do desenvolvimento da consciência política, da sensibilidade e da força interna do conjunto de pessoas. Assim, todo o processo educativo proporcionado pelo método das oficinas procura promover uma educação inclusiva, que diga respeito ao reconhecimento do sujeito como pertencente a uma coletividade ou a uma determinada condição social que deve promover cidadania. O que remete ao acesso efetivo aos direitos. Sendo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente é conteúdo fundamental trabalhado nas oficinas.

Nesse aspecto, cabe à linha de **ação da intervenção** preparar os educadores das oficinas para implementarem o projeto pedagógico baseado nos princípios recém-descritos. Para tanto, são realizados com os educadores encontros para a construção dos seus projetos específicos de intervenção: capoeira, dança, teatro, multimídia.

A segunda linha de ação do projeto ECE é a linha da **articulação**. Considerando que o principal método de intervenção utilizado no projeto é a rede, a articulação comunitária torna-se uma ação fundamental na promoção de mudança social e fortalecimento dessa rede. Considerando também que a comunidade do Aglomerado da Serra é constituída por sete diferentes vilas, cada uma com suas especificidades, lideranças e associações, equipamentos públicos específicos, constituindo-se em um “aglomerado de projetos sociais”, é fundamental, para a construção da rede, a instituição de espaços permanentes de diálogo e trocas de experiência com diversos setores do Aglomerado da Serra. Esses espaços acontecem por meio de reuniões, encontros formais e informais, conversas informais e entrevistas, mesas de debate etc.

A articulação comunitária não se dá, é claro, sem conflitos, pois a realidade das vilas difere em alguns aspectos e sabemos da existência da rede “informal” do tráfico, a qual delimita territórios e regras de circulação. Além disso, o processo de cristalização de lideranças não dá, muitas vezes, oportunidade para jovens líderes que possam se destacar através de ações em prol da comunidade. Portanto, o que se tem realizado na comunidade é uma articulação não só das associações comunitárias instituídas que, inegavelmente, fazem parte da história de conquistas dessa população, mas também dos grupos culturais, dos grupos esportivos, dos projetos sociais, dos equipamentos do estado e dos jovens das diversas vilas. Essa articulação tem trazido resultados importantes, como o Grupo de Referência Local e o Criart, descritos na sequência.

A articulação de serviços formais e informais da comunidade do Aglomerado da Serra é, dessa forma, fundamental para o enfrentamento da violência e para a garantia dos direitos dos jovens e pretende envolver uma infinidade de perspectivas que exigem atenções múltiplas por parte de todos os parceiros. Depende de uma soma de intervenções, atendimentos e serviços que incorporem, de forma coerente, as demandas sociais da criança e do adolescente e da comunidade, a fim de que esta dê suporte à população em foco.

A terceira linha de ação do projeto ECE é a **capacitação**. As ações de formação e capacitação estão baseadas no princípio segundo o qual, para promover mudança social, é necessária também uma mudança cultural, de concepção de mundo, um espaço de discussão e construção de uma proposta distinta para a comunidade/sociedade. Significa formar educadores da comunidade que estejam aptos para sensibilizar os jovens do seu próprio contexto; educadores que sejam agentes de transformação, utilizando como principal instrumento a educação através das artes, do esporte e da multimídia. Assim, a linha de capacitação possui dois enfoques principais: o primeiro é o de formar educadores da comunidade, considerando que eles



fazem parte do mesmo contexto dos jovens, possuem linguagem semelhante e, muitas vezes, também estão sujeitados e excluídos socialmente: a comunidade educando a própria comunidade. O segundo enfoque da capacitação, estreitamente relacionado com o primeiro, refere-se à formação da comunidade para a gestão participativa. É importante que a comunidade, marcada por intervenções assistencialistas, seja formada para participar de maneira ativa e propositiva no planejamento, monitoramento e avaliação do projeto. Esse é um resultado que vem sendo alcançado com o Grupo de Referência Local. Assim, o principal objetivo da linha de ação da capacitação é a formação de sujeitos autônomos que estejam dispostos a cogerir o projeto ECE.

A gestão do projeto ECE é realizada coletivamente, por meio de diversos grupos democráticos. O primeiro, denominado Conselho Gestor, é formado pelos parceiros institucionais do projeto: Globo, Unesco, Prefeitura de Belo Horizonte e PUC-MG e tem como principal objetivo definir as diretrizes gerais do projeto. O segundo grupo, denominado Conselho Executivo, é formado pela equipe técnica da universidade e por técnicos da prefeitura que, em conjunto, procuram construir formas integradas de ações para os jovens, envolvendo as políticas públicas e os equipamentos públicos (saúde, educação, assistência social etc). O grupo que gostaríamos de destacar aqui é o Grupo de Referência Local (GRL).

Formado em setembro de 2003, o GRL é constituído por representantes das entidades parceiras locais do Aglomerado da Serra, das associações das diversas vilas, de alguns equipamentos da prefeitura, da equipe técnica do projeto, de educadores do projeto e de adolescentes atendidos pelo projeto ECE. Seus principais objetivos são: a) Monitorar as ações implementadas por meio de visitas e discussões com os parceiros locais; b) Acompanhar a execução das linhas de ação do projeto; c) Propor melhorias e mudanças necessárias para o compasso entre demandas/expectativas do público-alvo e o desempenho efetivo do projeto; d) Identificar possíveis atores sociais locais interessados em participar da rede do projeto; e) Promover o fortalecimento da rede de atenção à criança e ao adolescente no Aglomerado da Serra; f) Garantir o diálogo permanente com os outros espaços de gestão do projeto; g) Garantir um processo participativo no GRL, renovando periodicamente a sua composição.

O objetivo da formação desse grupo reside na necessidade e no objetivo maior do projeto de realizar uma intervenção que tenha de fato uma efetiva participação da comunidade. Construir coletivamente objetivos e modos de ação, isto é, realizar um planejamento participativo é o nosso principal objetivo ao instituir esse grupo e isso, de fato, já vem acontecendo. O grupo participou de um seminário de Planejamento Estratégico, no qual construiu um plano de ação que prevê: organização interna do GRL, definição de comissões de articulação, comunicação, acompanhamento das ações, construção de um instrumento de comunicação (informativo do GRL), construção de um calendário de atividades, realização de relatórios dos acompanhamentos das atividades do ECE, entre outras. Para fortalecer ainda mais esse grupo, o projeto realizou uma capacitação intensiva para o grupo em gestão democrática, em que foram debatidos temas como gestão em rede, gestão participativa, autogestão e cogestão, protagonismo etc. Atualmente, o GRL realiza encontros semanais com vistas a discutir assuntos relativos ao projeto e à comunidade.

Avaliamos que esse grupo já é o resultado de nossas ações de articulação e é fundamental para o fortalecimento da rede. É a comunidade participando de forma crítica. É o capital social sendo pretensamente fomentado a partir de trocas de informações e ideias que, mediante ou não a normas e sanções, encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, abandonando interesses próprios imediatos (COLEMAN, *apud* ALBAGLI; MACIEL, 2002). A partir daí, a rede passa a ter uma efetiva participação de vários atores sociais, já com alguns dos seus fluxos definidos e, o que é fundamental: com espaços periódicos de discussão, trocas de experiência e planejamento de ações.

Porém, vale ressaltar que, além das linhas de ações apresentadas pelo projeto ECE, ele é gerido por vários outros grupos. Estes, conforme as suas especificidades e objetivos, denotam alguns dos desafios que as redes sociais apresentam. Neles, assim como nas linhas de ações, observa-se, segundo relato da própria comunidade, um excesso de projetos sociais e ações voluntaristas que, embora bem-articulados, parecem incorrer na despolitização.

Outro fator desafiante é a não hierarquização dos atores que a compõem. Como o projeto é composto por quatro entidades, apreende-se que a noção de intervenção social está sob a responsabilidade central do outro e não na centralidade dos atores, sujeitos participantes da mudança social.

A perspectiva adotada remete ao estudo político relativo ao capital social, que decorre do fato de tentar integrar valores individuais à política e conceber o cidadão na qualidade de sujeito participante. Esse princípio relaciona capital social à democracia, ao compreender que “sem sociedade civil organizada, sem cultura cívica e liberdade, não haveria confiança nem relações horizontais de poder. Não haveria capital social, e sem capital social não haveria democracia bem-sucedida” (D’ARAÚJO, 2003).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de trabalho a partir de “redes sociais” é apreendida pelos diferentes grupos de interesses e instituições envolvidos no projeto de forma diferenciada, cada qual ressignificando a inclusão social e a própria atuação em rede sob determinada perspectiva. Essa realidade organizacional torna a gestão desse projeto de intervenção comunitária um espaço de embate explícito e implícito entre saberes, “olhares” e racionalidades, que explicam os problemas sociais sob perspectivas ora congruentes, ora divergentes. Organismos internacionais, comunidade, poder público, universidade, trabalhadores e gestores do projeto e público-alvo (jovens) constroem discursos que, ao mesmo tempo, geram coesão em torno da ideia de redes e implicam embates relativos à própria concepção dessa ideia-força, além de se depararem com as tramas de alteração de posturas e práticas que sempre foram marcadas pela exclusão e pelo centralismo em sociedade e nas organizações.

Uma intervenção psicossocial tem como fundamento básico a participação da população envolvida. Baseamo-nos na ideia de que uma transformação efetiva só ocorrerá quando os sujeitos envolvidos no processo, durante tanto tempo tratados como objetos das intervenções, do conhecimento, do governo etc, sejam de fato sujeitos. Que os mesmos possam dar continuidade aos processos instituídos pelas intervenções e isso só poderá acontecer com o sentimento da população de que são atores sociais (CASTILHO, 2001). Apesar dos desafios discutidos e apontados, a metodologia de Intervenção Psicossocial, através do método de redes tem possibilitado uma forte mobilização da comunidade na discussão dos direitos da infância e da adolescência.

O método de rede é, certamente, um desafio na área social, pois exige dos diversos atores envolvidos uma brusca mudança de paradigma. Um paradigma que concebe a mudança social baseada não mais no individualismo nem nas ações heróicas, mas em um processo constante de interação entre diversos atores sociais e em ações complementares, baseadas na solidariedade e na horizontalidade. Sabemos que o que se encontra na realidade são diversos conflitos de interesses, antagonismos e muita diversidade de objetivos e projetos. Assim, formar a comunidade para se reunir e construir, de forma ativa, participativa e crítica, o seu próprio caminho e as soluções conjuntas para seus problemas, buscando sustentabilidade e lidando constantemente com a diversidade, é o desafio dos profissionais/agentes responsáveis pelo projeto. Formar uma comunidade que, ciente da complexidade dos seus problemas, instituídos através de um longo e duro processo histórico, compreende que a mudança também será fruto de um longo processo, no qual deverão continuar reivindicando o seu lugar de sujeitos e não de objetos da história.

Esses são alguns dos desafios para a construção de redes sociais. Se elas são uma das melhores promessas desenvolvidas nos últimos anos, na direção da mudança social, carregam também em seu interior a ambivalência de uma sociedade desigual tanto na distribuição dos bens materiais quanto na do poder. Trata-se do desafio capital dessa importante estratégia de mudança social no caminho para a igualdade; caso contrário, corre-se o risco de tudo transformar para nada mudar, nas formas como a extensão universitária se articula junto às comunidades no país.

Cabe destacar que, nesse processo todo, é fundamental ter um olhar crítico em relação à comunidade/realidade: um olhar que historiciza, contextualiza e considera as relações de poder; que observa as desigualdades de gênero, raça, etnia e classe e que convida o indivíduo para atuar como sujeito.

## REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e empreendedorismo local. In: LASTRES, H. M. M. et al. (coord.). *Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- AFONSO, M.L. *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.
- BOCK, A M. *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHI, R. R. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 655-690, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 31, p. 2-3, jan. 1980.
- CASTILHO, W.C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social*. Belo Horizonte: Vozes; PUC-Minas, 2001.
- CHELL, E. Networking entrepreneurship and microbusiness behavior. *Entrepreneurship and Regional Development*, v. 12, n. 3, p. 195-214, 2000.
- D'ARAÚJO, M. C. S. *Capital social*. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

FRANCELIN, M. M. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 26-34, set.-dez. 2004.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, M.F.Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R.H.F. (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 54-80.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. *Espaço Criança Esperança: um projeto de inclusão social*. Brasília: Gráfica e Editora Terra, 2003.

GRANOVETTER, M. *Handbook of economic sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994. p. 477-503.

GRANOVETTER, M. A theoretical agenda for economic sociology. In: GUILLEN, M.; ENGLAND, P. E.; MEYER, M. *Economic sociology at the millennium*. New York: Russell Sage Foundation, 2001.

GRANOVETTER, M. The impact of social structure on economic outcomes. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

LANE, S.T.M.; SAWAIA, B.B. Community Social Psychology in Brazil. *Applied Psychology: an international review*, v. 40, n. 2, p. 119-142, 1991.

LÈVY, A. A mudança, esse obscuro objeto do desejo. In: MATA-MACHADO, M. (org.). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 121-132.

MANHEIM, K. *El hombre y la sociedad en la época de crisis*. Buenos Ayres: La Pleyade, 1969, p. 23-64.

PAIVA JUNIOR, F.; GONÇALVES, C. A.; MELO, S. B. Empreendedorismo e relacionamento: um composto de confiança e adaptabilidade. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE EMPRESAS, 4, *Anais...* Londrina: UEM/UJEL, 2005.

PARDINI, D. J.; BRANDÃO, M. M. Competências empreendedoras e sistemas de relações sociais: a dinâmica dos construtos na decisão de empreender nos serviços de fisioterapia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

PECI, A. Pensar e agir em rede: implicações na gestão das políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24. *Anais...*, Florianópolis: ANPAD, set. 2000.

PUTNAM, R. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, v. 4, n. 13, Mar. 1993.

PUTNAM, R. Social capital: measurement and consequences. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE CONTRIBUTION OF HUMAN AND SOCIAL CAPITAL TO SUSTAINED ECONOMIC GROWTH AND WELL-BEING. Quebec: Human Resources Development Canada and OECD, Mar. 19-21, 2000.

PUTNAM, R. D. et al. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SEN, A. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

VALE, V. M. G.; AMÂNCIO, R.; LIMA, B. J. Criação e gestão de redes: uma estratégia competitiva para empresas e regiões. *Revista Administrativa*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 136-146, abr.-maio-jun. 2006.

VALE, V. M. G.; WILKINSON, J.; AMÂNCIO, R. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. *RAE-eletrônica*, v. 7, n. 1, Art. 7, jan./jun. 2008. Disponível em: [http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S1676-56482008000100008.pdf](http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482008000100008.pdf).

VASCONCELLOS, G. M. R., Empreendedores e redes de relacionamento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007.

